ceisc

TRT-4 | Analista Judiciário - Área Judiciária
Pós-edital

Conteúdo Programático

Está vedada a cópia ou a reprodução não autorizada previamente e por escrito.

© Ceisc. Todos os direitos reservados.

Língua Portuguesa

- Redação Oficial.
- Ortografia e acentuação.
- Emprego do sinal indicativo de crase.
- Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.
- Relação do texto
- com seu contexto histórico.
- Denotação e conotação.
- Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre.
- Intertextualidade.
- Figuras de linguagem.
- Morfossintaxe.
- Elementos estruturais e processos de formação de palavras.
- Sinonímia e antonímia.
- Pontuação.
- Pronomes.
- Concordância nominal e concordância verbal.
- Flexão nominal e flexão verbal. Vozes do verbo.
- Correlação de tempos e modos verbais.
- Regência nominal e regência verbal.
- Coordenação e subordinação.
- Conectivos.
- Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas organização e reorganização de orações e períodos; equivalência e transformação de estruturas).

Matemática e RLM

- Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.
- Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.
- Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.
- Números inteiros e racionais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação); expressões numéricas; múltiplos e divisores de números naturais; problemas. Frações e operações com frações.
- Números e grandezas proporcionais: razões e proporções; divisão em partes proporcionais; regra de três; porcentagem e problemas envolvendo regra de três simples, cálculos de porcentagem, acréscimos e descontos.
- Noções de Estatísticas: medidas de tendência central (moda, mediana, média, aritmética simples e ponderada) e de dispersão (desvio médio, amplitude, variância, desvio padrão); leitura e interpretação de gráficos (histogramas, setores, infográficos) e tabelas.

Noções de Legislação

- Noções de Sustentabilidade: Resolução CNJ nº 400/2021 (Dispõe sobre a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário).
- Código de Conduta e Valores Éticos do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (Portaria GP.TRT4 nº 4.573, de 14 de Agosto de 2023. Texto compilado com as alterações promovidas pela Portaria GP.TRT4 nº 2.808/2025).
- Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (atualizado até a RA nº 31, de 17.08.2026, que aprovou o Assento Regimental nº 04/2026 (RA disponibilizada no DEJT de 04.09.2026, considerada publicada em 08.09.2026).
- Resolução CSJT nº 360/2023 (Política de Prevenção e Enfrentamento da Violência, do Assédio e de Todas as Formas de Discriminação no âmbito da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus).
- Resolução CNJ nº 351/2020 (Institui no âmbito do Poder Judiciário, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação).

Noções de Direitos Humanos

- Direitos Humanos: Evolução histórica dos Direitos Humanos.
- Os fundamentos filosóficos dos Direitos Humanos.
- Fontes, classificação, princípios, características e gerações de direitos humanos.
- Interpretação dos tratados de Direitos Humanos.
- Colisão entre direitos humanos: Teorias para resolução.
- Tratados internacionais de Direitos Humanos em face da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- Controle de convencionalidade.
- Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) e protocolos facultativos.
- Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) e protocolos facultativos.
- Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação racial.
- Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e protocolo facultativo.
- Convenção sobre os direitos da criança e seus protocolos facultativos.
- Convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência e seu protocolo facultativo.
- Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural
- "Declaração de Estocolmo".
- Convenção sobre a diversidade biológica.
- Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas.
- Sistema Regional Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos.
- Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.
- Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
- Protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais - "Protocolo de San Salvador".
- Comissão Interamericana de Direitos Humanos e Corte Interamericana de Direitos Humanos: composição, funcionamento, atribuições e histórico de decisões.
- Mecanismos de proteção aos direitos humanos na ordem jurídica nacional e internacional.

Noções de Direitos Humanos

- Direitos Humanos em espécie e grupos vulneráveis.
- Direitos Humanos das minorias e de vítimas de injustiças históricas: Mulher, Negro, Criança e Adolescente, Idoso, Pessoa com Deficiência, Pessoas em situação de rua, Povos Indígenas, LGBT, Quilombolas, Sem-teto, Sem-terra, Imigrantes e Refugiados.
- Perspectiva de Gênero no Poder Judiciário e o Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário (Resolução CNJ nº 492/2023); Programa de Equidade de Raça, Gênero e Diversidade no âmbito da Justiça do Trabalho (Resolução CSJT nº 368/2023).
- Tribunal Penal Internacional: Estatuto de Roma e Decreto nº 4.388/2002.
- Carta das Nações Unidas, da qual faz parte integrante o anexo Estatuto da Corte Internacional de Justiça (Decreto nº 19.841/1945), Protocolos para Atuação e Julgamento na Justiça do Trabalho.

Noções de Informática

- Noções de sistema operacional: Windows 10 e 11.
- E-mail, edição de textos, planilhas, agenda e apresentações: Google Workspace e Microsoft Office 365.
- Compartilhamento de arquivos: Google Workspace. Google Drive: Criar arquivos, editar, compartilhamento de arquivos e permissões; Agenda: Criar eventos, convidar participantes, ajustar horários, anexar documentos, adicionar videoconferência; Tarefas; Google Meet; Gmail: Configurações rápidas, painel de visualização, marcadores; editor de texto (documentos Google).
- Redes de Computadores: Conceitos básicos, ferramentas, aplicativos e procedimentos de internet e intranet.
- Navegadores web: Mozilla Firefox, Google Chrome, Microsoft Edge.
- Sítios de busca e pesquisa na internet: Utilização de mecanismos de busca como Google, Bing.
- Conceitos de organização e de gerenciamento de informações: Arquivos, pastas e programas.
- Segurança da informação: Procedimentos de segurança; noções de vírus, worms e outras pragas virtuais; aplicativos para segurança (antivírus, firewall, antispyware etc.); boas práticas de segurança cibernética, incluindo autenticação de dois fatores e gestão de senhas.

Direito Administrativo

- Administração Pública.
- Regime jurídico administrativo.
- Princípios constitucionais e legais da Administração Pública.
- Princípios administrativos implícitos.
- Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro e sua aplicação na Administração Pública (Decreto-Lei nº 4.657/1942 e suas alterações).
- Poderes da Administração Pública: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia.
- Poderes e deveres dos administradores públicos. Uso e abuso do poder.
- Crimes de abuso de autoridade (Lei nº13.869/2019 e suas alterações).
- Ato administrativo: Conceito, características e atributos. Elementos e requisitos de validade. Classificação dos atos administrativos. Formação e efeitos. Extinção, revogação, invalidação e convalidação. Cassação e caducidade.
- Processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal (Lei nº 9.784/1999 e suas alterações).
- Controle da Administração Pública.
- Classificações relativas ao controle da Administração Pública. Controle interno e controle externo.
- Controle exercido pelo Poder Judiciário, pelo Poder Legislativo e pelos Tribunais de Contas.
- Lei de Licitações e contratos administrativos (Lei nº 14.133/2021 e suas alterações). Licitação: conceito, natureza jurídica, objeto e finalidade; princípios básicos e correlatos; modalidades; obrigatoriedade, dispensa e inexigibilidade; procedimento licitatório; anulação, revogação e recursos administrativos; sanções e procedimento sancionatório; crimes em licitações e contratos administrativos.
- Contrato administrativo: conceito, principais características e espécies; formalização, execução e inexecução; duração, prorrogação, renovação e extinção; revisão e rescisão; reajustamento.
- Convênios administrativos.
- Parcerias entre a Administração Pública e o terceiro setor (Lei nº 13.019/2014 e suas alterações).
- Serviço público: conceito; classificação; princípios; formas de delegação de serviço público. Direitos dos usuários de serviço público. Concessão e permissão de serviços públicos (Lei nº 8.987/1995 e suas alterações).

Direito Administrativo

- Extinção, reversão dos bens.
- Parcerias Público-Privadas: normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública (Lei nº 11.079/2004 e suas alterações).
- Agentes públicos: classificação; cargo, emprego e função pública; provimento e investidura; exercício e afastamentos. Direito de Greve.
- Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112/1990 consolidada nos termos da Lei nº 9.527/1997 e suas alterações).
- Lei nº 11.416/2006 (dispõe sobre as carreiras dos servidores públicos do Poder Judiciário Federal).
- Regime constitucional dos servidores públicos na Constituição Federal de 1988. Regime de emprego público e disposições da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) aplicáveis.
- Responsabilidade civil, administrativa e penal dos agentes públicos. Regime e processo administrativo disciplinar.
- Responsabilidade extracontratual do Estado.
- Bens Públicos. Formas de utilização dos bens públicos por terceiros.
- Lei de acesso a informações (Lei nº 12.527/2011 e suas alterações).
- Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 com redação dada pela Lei nº 13.853/2019).

Direito Civil

- Da Pessoa Natural. Personalidade e Capacidade. Direitos da Personalidade. Das Pessoas Jurídicas. Domicílio Civil. Dos Bens: classificação, afetação e desafetação.
- Do Negócio Jurídico: Conceito. Classificação. Elementos essenciais gerais. Elementos acidentais (condição, termo, encargo). Defeitos do negócio jurídico (erro ou ignorância, dolo, coação, estado de perigo, lesão, fraude contra credores), invalidade do negócio jurídico. Da prescrição e da decadência. Da prova. Do Direito das Obrigações. Dos contratos em geral e em espécie. Dos vícios redibitórios e da evicção. Da responsabilidade civil. Do Direito de Empresa. Do nome empresarial.
- Direito das coisas. Posse. Teorias da posse. Conceito, classificação, aquisição, efeitos, proteção e perda da posse. Função social da posse. Teorias da função social da posse. Conceito, conteúdo e concretização da função social da posse. Função socioambiental da posse.
- Direitos reais. Propriedade. Conceito, classificação, aquisição, proteção e perda da propriedade. Função social da propriedade: conceito, conteúdo e concretização da função social da propriedade. Direitos de vizinhança. Condomínio geral. Condomínio edilício. Propriedade resolúvel. Propriedade fiduciária. Direitos reais sobre coisa alheia. Superfície. Servidões. Uso. Usufruto. Habitação. A concessão de uso especial para fins de moradia. A laje.
- Direito real à aquisição. Direito do promitente comprador. Compromisso de venda e compra. Adjudicação compulsória. Direitos reais em garantia. Penhor. Hipoteca.
- Do direito de família. Esponsais. Casamento heteroafetivo e homoafetivo: capacidade, impedimentos, causas suspensivas, habilitação, celebração, eficácia, direitos e deveres. Dissolução do vínculo conjugal. Invalidade do casamento, separação e divórcio. Da proteção da pessoa dos filhos. Das relações de parentesco e da filiação.
- Do Poder Familiar.
- Direito patrimonial.

Direito Processual Civil

- Da jurisdição e da ação: conceito, natureza e características; das condições da ação.
- Magistratura. Auxiliares da Justiça. Do Ministério Público.
- Defensoria Pública. Advocacia.
- Das partes e procuradores: da capacidade processual e postulatória; dos deveres das partes e de seus procuradores. Da sucessão das partes e dos procuradores.
- Do litisconsórcio e da assistência.
- Da intervenção de terceiros.
- Da competência: em razão do valor e da matéria; competência funcional e territorial; modificações de competência e declaração de incompetência.
- Do Juiz. Dos atos processuais: da forma dos atos; dos prazos; da comunicação dos atos; das nulidades. Preclusão. Da formação, suspensão e extinção do processo.
- Do processo de conhecimento: da petição inicial: requisitos, pedido e indeferimento. Valor da causa. Da resposta do réu: contestação, exceções e reconvenção. Da revelia. Da tutela provisória.
- Do julgamento conforme o estado do processo. Das provas: ônus da prova; depoimento pessoal; confissão; provas documental e testemunhal. Da audiência: da conciliação e da instrução e julgamento.
- Da sentença e da coisa julgada. Da liquidação e do cumprimento da sentença. Impugnação ao cumprimento de sentença.
- Da ação rescisória.
- Dos recursos: disposições gerais e recursos em espécie. Do processo de execução: da execução em geral; das diversas espécies de execução. Dos embargos à execução. Da suspensão e extinção do processo de execução.
- Dos procedimentos especiais: ação de consignação em pagamento; embargos de terceiro; ação monitória; ações possessórias.
- Mandado de segurança individual e coletivo.
- Ação civil pública (Lei nº 7.347/1985 e suas alterações).
- Juizados Especiais Cíveis e Criminais (Lei nº 9.099/1995 e suas alterações). Lei nº 13.140/2015 (Mediação).

Direito Constitucional

- Da aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais; vigência e eficácia das normas constitucionais.
- Controle de constitucionalidade: sistemas difuso e concentrado; ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- Princípios fundamentais.
- Dos direitos e garantias fundamentais: dos direitos e deveres individuais e coletivos; dos direitos sociais; dos direitos de nacionalidade; dos direitos políticos; dos partidos políticos.
- Da organização do Estado: da organização político administrativa: da União; dos Estados Federados; dos Municípios; Do Distrito Federal; dos Territórios; da intervenção.
- Da Administração Pública: disposições gerais; dos servidores públicos.
- Da Organização dos Poderes.
- Do Poder Executivo: do Presidente e do Vice-Presidente da República; Das atribuições e responsabilidades do Presidente da República; Dos Ministros de Estado.
- Do Poder Legislativo: do processo legislativo. Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária.
- Do Poder Judiciário: disposições gerais; do Supremo Tribunal Federal; do Conselho Nacional de Justiça: organização e competência; do Superior Tribunal de Justiça; do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Juízes do Trabalho; do Conselho Superior da Justiça do Trabalho: organização e competência.
- Das funções essenciais à Justiça: do Ministério Público; da Advocacia Pública; da Advocacia e da Defensoria Pública.

Direito do Trabalho

- Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/2018 com redação dada pela Lei nº 13.853/2019).
- Direito do Trabalho: Dos princípios e fontes do Direito do Trabalho. Dos direitos constitucionais dos trabalhadores (artigo 7º da Constituição Federal de 1988). Da relação de trabalho e da relação de emprego: requisitos e distinção; relações de trabalho lato sensu: trabalho autônomo, trabalho eventual, trabalho temporário e trabalho avulso.
- Trabalho intermitente: regramento legal; características; peculiaridades.
- Dos sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu: do empregado e do empregador: conceito e caracterização; dos poderes do empregador no contrato de trabalho.
- Do grupo econômico; da sucessão de empregadores; da responsabilidade solidária e subsidiária.
- Do contrato individual de trabalho: conceito, classificação e características.
- Da alteração do contrato de trabalho: alteração unilateral e bilateral; o jus variandi.
- Da suspensão e interrupção do contrato de trabalho: caracterização e distinção.
- Da rescisão do contrato de trabalho: das justas causas; da despedida indireta; da dispensa arbitrária; da rescisão por acordo mútuo; da despedida coletiva; da culpa recíproca; da indenização.
- Do aviso prévio. Prazo do aviso prévio.
- Da estabilidade e das garantias provisórias de emprego: das formas de estabilidade; da despedida e da reintegração de empregado estável.
- Da duração do trabalho; da jornada de trabalho; dos períodos de descanso; do intervalo para repouso e alimentação; do descanso semanal remunerado; do trabalho noturno e do trabalho extraordinário; do sistema de compensação de horas.
- Do salário mínimo: irredutibilidade e garantia.
- Das férias: do direito a férias e da sua duração; da concessão e da época das férias; da remuneração e do abono de férias.

Direito do Trabalho

- Do salário e da remuneração: conceito e distinções; composição do salário; modalidades de salário; formas e meios de pagamento do salário; 13º salário. Da equiparação salarial: hipóteses ensejadoras e forma de aferição; do princípio da igualdade de salário; do desvio de função.
- Da arbitragem.
- Do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- Da prescrição e decadência.
- Da segurança e medicina no trabalho: da CIPA; das atividades insalubres ou perigosas.
- Da proteção ao trabalho da mulher, da gestante e do menor. Da estabilidade da gestante; da licença-maternidade.
- Do direito coletivo do trabalho: da liberdade sindical (Convenção nº 87 da OIT); da organização sindical: conceito de categoria; categoria diferenciada; das convenções e dos acordos coletivos de trabalho.
- Do direito de greve; dos serviços essenciais.
- Das comissões de Conciliação Prévia.
- Da renúncia e transação.
- Do teletrabalho (Lei nº 13.467/2017).
- Dano moral e material nas relações de trabalho. Precedentes vinculantes (IRDR e IAC).
- Súmulas e Orientações da Jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Direito do Trabalho.
- Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal relativas ao Direito do Trabalho.
- Instruções e atos Normativos do TST em matéria de Direito do Trabalho.
- Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017).
- Teses de Repercussão Geral do STF em matéria trabalhista.

Direito Processual do Trabalho

- Da Justiça do Trabalho: organização e competência.
- Das Varas do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho: jurisdição e competência.
- Dos serviços auxiliares da Justiça do Trabalho: das secretarias das Varas do Trabalho; dos distribuidores; dos oficiais de justiça avaliadores.
- Dos Peritos Judiciais: responsabilidade pelos honorários periciais, Gratuidade de Justiça.
- Do Ministério Público do Trabalho: organização.
- Do processo judiciário do trabalho: princípios gerais do processo trabalhista (aplicação subsidiária do CPC). Prescrição e decadência. Prescrição intercorrente. Dos atos, termos e prazos processuais. Da distribuição. Do valor da causa no Processo do Trabalho; Das custas e emolumentos. Custas e emolumentos para a Fazenda Pública. Hipóteses de isenção. Das partes e procuradores; do jus postulandi; da substituição e representação processuais.
- Da representação da massa falida e das empresas em Recuperação judicial.
- Do litisconsórcio no Processo do Trabalho; da assistência judiciária; dos honorários de advogado: sucumbenciais e honorários contratados.
- Das nulidades e das exceções: hipóteses ensejadoras, prazo e forma de arguição.
- Das audiências: de conciliação, de instrução e de julgamento; da notificação das partes; do arquivamento do processo; da revelia e confissão.
- Das provas. Dos dissídios individuais: da forma de reclamação e notificação; da reclamação escrita e verbal; da legitimidade para ajuizar.
- Do procedimento ordinário e sumaríssimo.
- Dos procedimentos especiais: inquérito para apuração de falta grave, ação rescisória e mandado de segurança.
- Da ação civil pública.
- Da sentença e da coisa julgada; da liquidação da sentença: por cálculo, por artigos e por arbitramento.
- Dos dissídios coletivos: extensão, cumprimento e revisão da sentença normativa.
- Da execução: execução provisória; execução por prestações sucessivas; execução contra a Fazenda Pública; execução contra a massa falida.

Direito Processual do Trabalho

- Do Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica.
- Da citação; do depósito da condenação e da nomeação de bens. Garantias na execução. Seguro-fiança e seguro-garantia; do mandado e da penhora; dos bens penhoráveis e impenhoráveis; da impenhorabilidade do bem de família (Lei nº 8.009/1990 e alterações).
- Dos embargos à execução; da impugnação à sentença; dosembargos de terceiros.
- Da praça e leilão; da arrematação; das custas na execução. Dos recursos no processo do trabalho.
- Normas atinentes ao Processo Judicial Eletrônico.
- Lei nº 13.467/2017 (Reforma Trabalhista).
- Uniformização de jurisprudência à luz do CPC e sua aplicação ao processo do trabalho.
- Precedentes Obrigatórios (IAC e IRDR).
- Súmulas e Orientações.
- Jurisprudenciais do TST em matéria de Direito Processual do Trabalho; Instruções Normativas e Atos em Geral do TST em matéria de Direito Processual do Trabalho. Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal relativas ao Direito Processual do Trabalho.
- Teses de Repercussão Geral do STF em matéria afeta ao processo do trabalho; Protocolos para atuação e julgamento na Justiça do Trabalho.



Feito por especialistas

Nossos professores são referência no mundo jurídico e especializados em suas respectivas áreas.

- Cursos preparatórios para OAB 1ª e 2ª Fase
- Cursos de Pós-Graduação
- Cursos preparatórios para Concursos Públicos
- Cursos de Prática Jurídica

ceisc